Demonstrações Financeiras

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido....8
Demonstração dos fluxos de caixa 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Edifício Walk Bueno Business
Rua T-55, 930 - 11º Andar, Salas 1110 a 1115
Setor Bueno - Goiânia - GO - CEP: 74215-170
Tel: +55 62 3605-1100
ey.com.br

Shape the future with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Algar Tecnologia e Consultoria S.A.
Uberlândia - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Algar Tecnologia e Consultoria S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 4 de abril de 2024, sem modificação.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 11 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F

Eric Horta Piantino
Contador CRC MG-107829/O

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**25.682**	18.674
Contas a receber	5	**65.304**	81.245
Estoques		**163**	411
Tributos a recuperar	6	**7.700**	7.168
Despesas antecipadas		**3.342**	2.203
Títulos a receber	18b	**111**	31
Outros créditos		**3.272**	5.085
Total do ativo circulante		**105.574**	114.817
Não circulante			
Tributos a recuperar	6	**48.939**	40.494
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7a	**7.114**	-
Depósitos judiciais	16c	**4.546**	2.579
Outros créditos		**540**	142
		61.139	43.215
Imobilizado	8	**34.753**	110.652
Intangível	9	**33.424**	22.896
Direito de uso	10	**959**	2.262
Total do ativo não circulante		**130.275**	179.025
Total do ativo		**235.849**	293.842

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Debêntures	11	**-**	21.756
Passivo de arrendamento	12	**1.042**	1.529
Fornecedores	13	**17.084**	30.868
Impostos taxas e contribuições	14	**4.534**	4.654
Salários, provisões e encargos sociais	15	**33.979**	36.308
Imposto de renda e contribuição social		**-**	82
Adiantamento de clientes		**82**	80
Títulos a pagar	18c	**511**	2.857
Receitas antecipadas		**1.650**	1.270
Outras obrigações		**2.564**	5.981
Total do passivo circulante		**61.446**	105.385
Não circulante			
Passivo de arrendamento	12	**232**	1.152
Impostos, taxas e contribuições	14	**6.492**	6.492
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7a	**-**	2.737
Receita antecipada		**2.207**	3.403
Provisões para demandas judiciais	16	**28.169**	8.327
Outras obrigações		**-**	2.556
Total do passivo não circulante		**37.100**	24.667
Patrimônio líquido	17		
Capital social		**144.911**	141.893
Reserva legal		**-**	6.704
Reserva de retenção de lucros		**-**	9.124
Prejuízos acumulados		**(7.608)**	-
Ajuste de avaliação patrimonial		**-**	6.069
Total do patrimônio líquido		**137.303**	163.790
Total do passivo e do patrimônio líquido		**235.849**	293.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	19	**368.865**	422.478
Custos dos serviços prestados	20	**(342.899)**	(360.390)
Resultado bruto		**25.966**	62.088
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas com vendas	21	**(6.417)**	(9.195)
Despesas gerais e administrativas	22	**(32.661)**	(32.470)
Outras despesas operacionais, líquidas	23	**(5.887)**	4.756
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(18.999)**	25.179
Receitas financeiras	24	**9.823**	10.906
Despesas financeiras	24	**(12.663)**	(8.858)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(21.839)**	27.227
Corrente	7b	**22**	(526)
Diferido	7b	**(260)**	(2.409)
Resultado líquido do exercício		**(22.077)**	24.292
Quantidade de ações ON		**6.480**	9.576
Resultado básico e diluído por ação ON (em R$)		**(0,293)**	0,401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	**(22.077)**	24.292
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente do exercício	**(22.077)**	24.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros					
	Notas	**Capital social**	**Reserva de retenção de lucros**	**Reserva legal**	**Ajuste avaliação patrimonial**	**Prejuízos acumulados**	**Adiantamento para Futuro Aumento de Capital**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		118.893	16.371	5.489	6.345	-	-	147.098
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	23.000	23.000
Aumento de capital	17a	23.000	-	-	-	-	(23.000)	-
Realização de ajuste de custo atribuído	17e	-	-	-	(276)	276	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	24.292	-	24.292
Constituição de reserva legal	17b	-	-	1.215	-	(1.215)	-	-
Dividendos intercalares	17d	-	-	-	-	(14.000)	-	(14.000)
Retenção de lucros	17c	-	9.353	-	-	(9.353)	-	-
Distribuição de lucros	17c	-	(16.600)	-	-	-	-	(16.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		141.893	9.124	6.704	6.069	-	-	163.790
Adiantamento para futuro aumento de capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**36.000**	**36.000**
Aumento de capital	17a	**36.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(36.000)**	**-**
Realização de custo atribuído	17e	**-**	**69**	**-**	**(69)**	**-**	**-**	**-**
Efeitos da cisão		**(49.749)**	**(1.428)**	**-**	**(6.000)**	**-**	**-**	**(57.177)**
Aumento de capital através de incorporação de ativos e passivos recebidos em cisão		**16.767**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**16.767**
Resultado líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**(22.077)**	**-**	**(22.077)**
Absorção de reserva		**-**	**(7.765)**	**(6.704)**	**-**	**14.469**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**144.911**	**-**	**-**	**-**	**(7.608)**	**-**	**137.303**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do Imposto de renda e contribuição social	**(21.839)**	27.227
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	**29.199**	26.409
Ganho/Perda na venda e baixa de ativos	**1.893**	27
Encargos financeiros sobre debêntures	**743**	4.243
Outros resultados financeiros, líquidos	**11.644**	(3.266)
(Reversão) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**8**	-
Constituição (reversão) de provisões, líquidas	**9.074**	(3.481)
	30.722	51.159
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em contas a receber	**15.933**	(912)
(Aumento) de títulos a receber	**(80)**	105
(Aumento) em tributos a recuperar	**(8.977)**	(838)
Redução em depósitos judiciais	**(2.047)**	1.407
Redução (aumento) em outros ativos	**806**	(1.679)
Aumento em fornecedores	**(5.444)**	(3.963)
Aumento (redução) em salários, provisões e encargos	**(5.003)**	4.134
Aumento (redução) em obrigações fiscais	**(193)**	(267)
(Redução) aumento em outros passivos circulantes e não circulantes	**(9.133)**	8.776
Pagamentos de provisões	**(491)**	(6.571)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(94)**	(997)
Total das variações dos ativos e passivos	**(14.723)**	(805)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	**15.999**	50.354
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição ativo imobilizado e intangível	**(21.148)**	(14.325)
Venda de imobilizado	**1.668**	71
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de investimento	**(19.480)**	(14.254)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	**36.000**	23.000
Pagamento principal de empréstimos e debêntures	**(21.250)**	(21.250)
Pagamento de juros/variação monetária de empréstimos e debêntures	**(1.267)**	(4.733)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	**-**	(33.182)
Pagamento de passivo de arrendamento	**(2.994)**	(3.098)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de financiamento	**10.489**	(39.263)
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**7.008**	(3.163)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**18.674**	21.837
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**25.682**	18.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transações que não afetaram caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as principais transações de investimento que não representaram movimentações de caixa e equivalentes de caixa são apresentadas como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Aquisição de imobilizado e intangível	**3.358**	11.699
Juros capitalizados	**-**	30
Direito de Uso - CPC06(IFRS16)	**1.514**	289
	4.872	12.018

1. Contexto operacional

A Algar Tecnologia e Consultoria S.A., ("Companhia" ou "Algar Tecnologia"), com sede em Uberlândia/MG, é uma empresa do grupo brasileiro Algar, sociedade por ações, de capital fechado e suas atividades compreendem relacionamento com cliente (CX - Customer Experience), integrando e conectando pessoas e organizações com eficiência, focados na alta performance para promover experiências efetivas aos consumidores e garantir a disponibilidade de ambientes de tecnologia.

Atua nos segmentos de televendas/retenção, operações de SAC, cobrança com foco em recuperação de crédito e back-office de negócios. A Companhia possui compreensão profunda da jornada do cliente com interações digitais efetivas e contato humano único.

Eventos societários ocorridos em 2023

Em 02 de janeiro de 2023 a Companhia recebeu adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Algar TI e Consultoria S/A no valor de R$13.000.

Em 12 de abril de 2023 a Companhia recebeu adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Algar TI Consultoria S/A no valor de R$10.000.

Em 31 de maio de 2023 a Companhia realizou integralização de capital através dos adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R$23.000.

Em 29 de novembro de 2023 em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a distribuição da reserva de lucros, no valor de R$16.600. Neste mesmo ato foi aprovado também a distribuição de dividendos intercalares no valor de R$14.000.

Eventos ocorridos em 2024

a) *Aumento de capital com AFAC*

Em 05 de abril de 2024 foi integralizado aumento de capital mediante utilização de adiantamento para futuro aumento de capital efetuado pela sua então controladora Algar TI no valor de R$36.000.

b) *Quitação de Debênture*

Em 05 de abril de 2024, a Companhia quitou o saldo devedor da debênture, sendo R$21.250 de principal e R$1.267 de juros.

1. **Contexto operacional**--Continuação

Eventos ocorridos em 2024--Continuação

c) *Cisão parcial da Algar TI com incorporação das parcelas cindidas na Companhia e na controladora Algar S.A.*

Como parte do processo de separação dos negócios para venda da torre de serviços gerenciados de TI, em 05 de abril de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da Algar TI, tendo a parcela cindida referente ao investimento na Companhia vertida para a Algar S/A e a parcela cindida referente a determinados ativos e passivos vertidos para Companhia. Conforme laudo de avaliação na data base de 28 de fevereiro de 2024, seguem os valores de ativos e passivos:

	Antes da Cisão	Cisão Algar S/A	Cisão Algar Tecnologia	Após da Cisão
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	19.669	-	-	19.669
Contas a receber	65.884	1.602	-	64.282
Provisão para devedores duvidosos	(1.602)	(1.602)	-	-
Impostos a recuperar	14.319	-	-	14.319
Adiantamentos a funcionários	1.234	-	235	999
Custos e despesas antecipadas	3.725	2.433	(194)	1.486
Outros ativos circulantes	4.918	-	-	4.918
	108.147	**2.433**	**41**	**105.673**
Não circulante				
Impostos a recuperar	14.463	-	-	14.463
Custos e despesas antecipadas	361	-	267	94
Investimentos	227.263	196.053	-	31.210
Imobilizado	9.252	1.735	4.418	3.099
Intangível	125.358	-	16.576	108.782
Direito de uso - CPC 06	3.300	-	-	3.300
Outros ativos não circulantes	4.659	-	-	4.659
	384.656	**197.788**	**21.261**	**165.607**
Total do Ativo	**492.803**	**200.221**	**21.302**	**271.280**

1. Contexto operacional--Continuação

Eventos ocorridos em 2024--Continuação

c) *Cisão parcial da Algar TI com incorporação das parcelas cindidas na Companhia e na controladora Algar S.A.*--Continuação

	Antes da Cisão	Cisão Algar S/A	Cisão Algar Tecnologia	Após da Cisão
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	43.317	43.317	-	-
Fornecedores	9.225	-	-	9.225
Obrigações fiscais	5.028	-	112	4.916
Obrigações trabalhistas	32.958	-	3.478	29.480
Outros passivos circulantes	3.876	-	-	3.876
	94.404	**43.317**	**3.590**	**47.497**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	30.000	30.000	-	-
Obrigações fiscais	22.196	(228)	945	21.479
Provisão para contingências	10.486	-	-	10.486
Outros ativos não circulantes	5.033	-	-	5.033
	67.715	**29.772**	**945**	**36.998**
Patrimônio líquido				
Capital social	293.039	127.132	16.767	149.140
AFAC	39.500	-	-	39.500
Ajuste Avaliação Patrimonial	6.852	-	-	6.852
Prejuízos acumulados	(8.707)	-	-	(8.707)
	330.684	**127.132**	**16.767**	**186.785**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**492.803**	**200.221**	**21.302**	**271.280**

1. **Contexto operacional**--Continuação

Eventos ocorridos em 2024--Continuação

d) *Cisão parcial da Companhia*

Em 05 de abril de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da Companhia, tendo a parcela cindida vertida para a Algar S/A. conforme laudo de avaliação na data base de 28 de fevereiro de 2024, seguem os valores de ativos e passivos:

	Antes da Cisão	Cisão Algar S/A	Após da Cisão
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	48.402	-	48.402
Contas a receber	77.227	-	77.227
Estoques	384	-	384
Impostos a recuperar	7.357	-	7.357
Adiantamentos a funcionários	1.362	-	1.362
Custos e despesas antecipadas	6.003	-	6.003
Outros ativos circulantes	3.683	-	3.683
	144.418	-	**144.418**
Não circulante			
Impostos a recuperar	51.366	-	51.366
Depósitos judiciais	15.530	-	15.530
Imobilizado	112.649	68.216	44.433
Intangível	39.924	595	39.329
Direito de uso - CPC 06	1.921	-	1.921
Outros ativos não circulantes	657	-	657
	222.047	**68.811**	**153.236**
Total do Ativo	**366.465**	**68.811**	**297.654**

	Antes da Cisão	Cisão Algar S/A	Após da Cisão
Circulante			
Debentures	22.234	-	22.234
Fornecedores	25.421	-	25.421
Obrigações fiscais	4.214	-	4.214
Obrigações trabalhistas	42.509	-	42.509
Outros passivos circulantes	10.621	-	10.621
	104.999	**-**	**104.999**
Não circulante			
Obrigações fiscais	20.804	11.057	9.747
Provisão para contingências	21.715	-	21.715
Outros ativos não circulantes	6.127	-	6.127
	48.646	**11.057**	**37.589**
Patrimonio líquido			
Capital social	194.661	49.749	144.912
Reserva legal	6.703	-	6.703
Ajuste avaliação patrimonial	8.005	8.005	-
Reserva de lucros	3.451	-	3.451
	212.820	**57.754**	**155.066**
Total do passivo e patrimonio líquido	**366.465**	**68.811**	**297.654**

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e pelos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 11 de abril de 2025.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2. **Base de preparação**--Continuação

d) Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

As informações sobre julgamentos relevantes, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, envolvendo, por exemplo, critérios de provisões, taxa de desconto, análise de risco, entre outros, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 - Contas a receber;
- Nota explicativa 7 - Imposto de renda e contribuição social;
- Nota explicativa 8 - Imobilizado;
- Nota explicativa 9 - Intangível;
- Nota explicativa 10 e 12 - Ativo e passivo de direito de uso - IFRS16/ CPC06;
- Nota explicativa 16 - Provisões e depósitos judiciais.

3. Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Ativos circulantes e não circulantes

i) *Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

ii) *Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a esse ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Entidade, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de *sites* nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do ativo imobilizado tem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controlados separadamente, inclusive para fins de depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada na confrontação do valor de alienação e do valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada desse ativo e são reconhecidos pelo valor líquido dessa diferença diretamente no resultado do exercício.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor do custo do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

ii) *Imobilizado*--Continuação

Depreciação--Continuação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada para o ativo, conforme segue:

	Vida útil média em anos	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Edificações e instalações prediais	**-**	60
Benfeitorias em propriedades de terceiros	**2**	6
Equipamentos de terminais	**11**	10
Equipamentos de energia e climatização	**15**	16
Máquinas e equipamentos	**12**	13
Móveis e utensílios	**14**	14
Equipamentos de processamento de dados	**5**	5

Os valores de recuperação dos ativos imobilizados, através de suas operações futuras, são periodicamente acompanhados com o objetivo de verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil. Quando isto ocorre, o valor líquido contábil é ajustado ao valor de recuperação.

iii) *Intangível*

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

iii) *Intangível*--Continuação

Pesquisa e desenvolvimento--Continuação

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à comercialização de produtos e serviços novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente quando os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, o produto ou serviço for viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis e a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de implantação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

As licenças adquiridas de programas de computador (*Software*) e de sistemas de gestão empresarial são mensurados pelo valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação destes sistemas são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

iii) *Intangível*--Continuação

Amortização--Continuação

As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada dos ativos intangíveis.

	Vida útil média em anos	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Sistemas de informação	**5**	6

iv) *Ativos e passivos financeiros*

Reconhecimento inicial

A Companhia deve reconhecer um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial apenas quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ao reconhecer, pela primeira vez, um ativo financeiro, a entidade deve classificá-lo, tendo por base as três categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e valor justo por meio do resultado (“VJR”) e mensurá-lo de acordo com os critérios mencionados abaixo.

O reconhecimento do passivo financeiro pela primeira vez requer a sua classificação como mensurado subsequentemente ao custo amortizado, observadas certas exceções expressas no CPC 48.

A compra ou a venda de forma regular de ativos financeiros deve ser reconhecida e desreconhecida, conforme aplicável, utilizando-se a contabilização na data da negociação ou na data da liquidação.

Desreconhecimento de ativo financeiro

Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, ou quando houver a transferência do ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

iv) *Ativos e passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento de passivo financeiro

A Companhia deve baixar o passivo financeiro (no todo ou em parte) de seu balanço patrimonial apenas quando ele for extinto, tendo por liquidada, cancelada ou expirada a obrigação especificada no contrato.

Classificação de instrumentos financeiros

A classificação do ativo financeiro passou a ter por base o modelo de negócio pelo qual esse ativo é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A classificação do valor justo deve observar, dentre outras orientações aplicáveis, os seguintes critérios:

(i) A parcela da alteração no valor justo que está relacionada às alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes;

(ii) A parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício.

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Esta condição não se aplica aos itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Classificação de ativos financeiros

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro requer que ele seja mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer as seguintes condições:

- O ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

iv) *Ativos e passivos financeiros*--Continuação

Classificação de ativos financeiros--Continuação

- Os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal não liquidado.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se atender às duas seguintes condições:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios, sendo o objetivo alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o saldo a pagar do valor principal.

Os demais ativos financeiros são todos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, em caráter irrevogável, um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, o que poderá garantir a consistência contábil perante os resultados produzidos pelo respectivo ativo.

Redução no valor recuperável

Os novos requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

iv) *Ativos e passivos financeiros*--Continuação

Reconhecimento de perda de crédito esperada

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, em recebível de arrendamento, em ativo contratual ou em compromisso de empréstimo e em contrato de garantia financeira aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

A Companhia deve aplicar os requisitos de redução ao valor recuperável para o reconhecimento e mensuração de provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Essa provisão deve ser contabilizada em outros resultados abrangentes, não reduzindo o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial.

Na data do balanço deve ser mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Deve ser reconhecido no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável, o valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

iv) *Ativos e passivos financeiros*--Continuação

Ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

b) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

i) *Provisões*

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, ou se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para contingência é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

A Companhia divulga as provisões, líquidas dos depósitos judiciais vinculados, de forma que a apresentação dessas obrigações em suas demonstrações financeiras reflita a essência da transação.

ii) *Benefícios a empregados*

Plano de pensão

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

b) Passivos circulantes e não circulantes--Continuação

ii) *Benefícios a empregados*--Continuação

Plano de pensão--Continuação

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

iii) *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tem que ser realizado.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

b) Passivos circulantes e não circulantes--Continuação

iii) *Imposto de renda e contribuição social*--Continuação

A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia pratica a divulgação dos tributos diferidos ativos ou passivos líquidos nas demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

c) Reconhecimento de receitas

De acordo com o CPC 47, no contexto dos contratos, a taxa de instalação constitui insumo da promessa de transferência do serviço e, portanto, serão consideradas como uma única obrigação de desempenho, com reconhecimento ao longo do tempo do contrato, ou seja, à medida que o serviço for prestado.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Receita de relacionamento com cliente (CX - Customer Experience) e serviços gerenciados.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

c) Reconhecimento de receitas--Continuação

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados e não faturados dentro do próprio mês, são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço, relacionando-se diretamente a seu desempenho até à data de fechamento mensal. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, somente na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deva ocorrer.

Para as receitas variáveis com medição mensal dos serviços prestados ao cliente, reconhecemos a receita de serviços pelo valor que a Companhia tem o direito reconhecido de faturar ao cliente, conforme expediente prático.

d) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia, incluindo aplicações financeiras, ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros e alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado.

Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e provisões para contingências, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado e perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("*impairment*") que são reconhecidos no resultado do exercício. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência. Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Ganhos ou perdas por variações cambiais são demonstradas líquidas, no resultado do exercício.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

e) Patrimônio líquido

Reserva legal - a Companhia constitui reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social, obedecendo ao limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros - a partir das exigências da Lei 11.638/2007 os saldos remanescentes em lucros acumulados após as destinações aplicáveis são transferidos para essa rubrica, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração da Companhia, com base em orçamento aprovado em Assembleia de Acionistas.

Dividendos - conforme previsto no estatuto social da Companhia, sobre o lucro do exercício, após de reduzida a reserva legal, são calculados dividendos à base de 25%, os quais são objeto de aprovação pela assembleia geral de acionistas que aprovar as demonstrações financeiras do correspondente exercício.

f) Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, conforme, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03.

g) Arrendamento

Ao firmar os contratos, a Companhia avalia se esses contratos são ou contêm arrendamentos. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

Os seguintes requisitos são considerados na avalição dos contratos de arrendamento:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia;
- A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

g) Arrendamento--Continuação

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Para efeito desta política, a Companhia definiu, na adoção da norma contábil, como baixo valor os montantes até R$20 (vinte mil reais).

Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, as empresas reconhecem os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa incremental de captação é utilizada.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início;
- O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual;
- O preço de exercício das opções de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e
- Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado, aumentando o valor contábil para refletir os juros (taxa efetiva) sobre esse passivo e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

g) Arrendamento--Continuação

O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Sempre que uma obrigação for assumida com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25).

Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

g) Arrendamento--Continuação

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial e são objetos de avaliação para verificação da aplicabilidade de provisão para perda para redução ao valor recuperável, conforme dispõe a IAS 36 (CPC 01 (R1).

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso. Nesse caso, os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa operacional do período em ocorreu o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos.

Na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia registra, tanto o principal quanto os juros com passivos de arrendamentos, como atividade de financiamento.

h) PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

i) Novas normas e interpretações

i.1) *Pronunciamentos novos ou revisados em vigor a partir de 2024*

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa) e à I FRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos para auxiliar os usuários das demonstrações financeiras na compreensão dos seus efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

i) Novas normas e interpretações--Continuação

i.2) *Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis*

As normas e interpretações novas e alteradas, emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, e que seriam aplicáveis à Companhia, estão descritas a seguir. A Administração pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Não se espera que as novas normas e alterações tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades deverão classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras são categorias novas.

A norma também prevê a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, novos requisitos para a agregação e desagregação de informações. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a eliminação da opção de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19. Esta norma permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

i) Novas normas e interpretações--Continuação

i.2) *Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis*--Continuação

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações--Continuação

Para aplicar a norma, é necessário que no final do período de relatório a entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não podendo ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora, final ou intermediária, que prepare e disponibilize para o uso público, as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os padrões do IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações financeiras individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as essas normas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

De acordo com a atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 o método da equivalência patrimonial (MEP) é o método que deve ser aplicado para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora passam a permitir essa prática nas demonstrações financeiras separadas.

As alterações estarão em vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

i) Novas normas e interpretações--Continuação

i.2) *Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis*--Continuação

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, com atualizações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

As alterações objetivam a definição do conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	**24**	140
Aplicações de liquidez imediata	**25.658**	18.534
	25.682	18.674

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a CDB (Certificados de Depósito Bancário), remuneradas por uma taxa média de 101,1% (102,3% em 2023) do CDI. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa nº 25.

As aplicações financeiras possuem prazos de carência para resgate inferiores a 90 dias das datas de aquisição dos instrumentos financeiros, e seus valores são prontamente conversíveis em montante conhecido de valor e com liquidez imediata.

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Valores faturados	**41.392**	51.981
Valores não faturados	**24.953**	30.382
	66.345	82.363
Provisão para perda esperada	**(1.041)**	(1.118)
	65.304	81.245

A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas a contas a receber de clientes estão divulgadas na nota explicativa 25.

a) A composição por idade dos valores faturados é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	**38.853**	44.650
Vencidos até 30 dias	**1.461**	6.203
Vencidos entre 31 e 60 dias	**37**	10
Vencidos entre 61 e 90 dias	**-**	-
Vencidos entre 91 e 120 dias	**-**	-
Vencidos há mais de 120 dias	**1.041**	1.118
	41.392	51.981

b) A movimentação da provisão para perda esperada é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**(1.118)**	(1.118)
Reversão (constituição) de provisão no exercício (Nota 21)	**(8)**	-
Baixas contra contas a receber	**85**	-
Saldo final	**(1.041)**	(1.118)

6. Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	**3.892**	3.892
PIS	**846**	1.012
IRPJ/CSLL	**10.125**	9.272
INSS (*)	**39.531**	32.149
ISS	**1.932**	1.334
OUTROS	**313**	3
	56.639	47.662
Circulante	**7.700**	7.168
Não circulante	**48.939**	40.494
	56.639	47.662

6. **Tributos a recuperar**--Continuação

(*) Créditos tributários provenientes de êxito em ação judicial que trata do enquadramento do serviço de telecobrança no conceito de call center, com reconhecimento do direito de recolhimento da CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta em substituição à contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos - INSS patronal, que será liquidada em ação de cumprimento de sentença para recebimento mediante precatórios no longo prazo. Em 2024, houve reconhecimento de crédito de INSS sobre verbas indenizatórias no montante de R$6.781.

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ativo fiscal:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	**419**	419
Provisões para demandas judiciais	**7.817**	7.350
Provisão para perda esperada com clientes	**354**	380
Fornecedores não faturados	**1.064**	1.549
Provisões e outras	**523**	790
Arrendamentos	**73**	142
	10.250	10.630
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o passivo fiscal:		
Custo atribuído	**-**	(4.138)
Diferença de depreciação (Taxa fiscal x Vida útil)	**(2.620)**	(9.758)
Juros sobre obras	**(476)**	(623)
Lei 11.638/2007 e outros	**(40)**	1.152
	(3.136)	(13.367)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	**7.114**	(2.737)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquidos	**7.114**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos	**-**	(2.737)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico preparado e aprovado pela Diretoria, reconhece créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e contribuição social e diferenças temporárias no montante de (R$12.316) não constituído com base nas expectativas de não realização parcial dos saldos totais registrados em 31 de dezembro de 2024 (R$4.813 em 31 de dezembro de 2023).

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Tributos sobre o resultado do exercício

	31/12/2024	31/12/2023
Corrente:		
Imposto de renda	**22**	(362)
Contribuição social	**-**	(164)
	22	(526)
Diferido		
Imposto de renda	**(191)**	(1.768)
Contribuição social	**(69)**	(641)
	(260)	(2.409)
	(238)	(2.935)
Imposto de renda	**(169)**	(2.129)
Contribuição social	**(69)**	(806)
	(238)	(2.935)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(21.839)**	27.227
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	**7.426**	(9.257)
Efeito da dedução de PAT	**-**	34
Incentivos tecnológicos	**-**	623
Adições e exclusões permanentes	**(626)**	(41)
IR/CS sobre juros de créditos tributários	**-**	-
IR/CS Diferido não constituído (*)	**(6.658)**	6.763
Provisão para perda IR e CS - teste de *impairment*	**(380)**	(2.409)
Destinações - Lei Rouanett	**-**	59
Outros	**-**	1.293
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado do exercício	**(238)**	(2.935)
Alíquota efetiva	**1%**	(11%)

(*) O valor de R$(6.658) e R$6.763 se refere a movimentação de diferenças temporárias ativas, as quais não foram reconhecidas na contabilidade devido a não expectativa de resultado positivo futuro, por isso impactou a linha do imposto corrente.

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Tributos sobre o resultado do exercício--Continuação

A expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, sobre o prejuízo fiscal, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias está apresentada a seguir:

2025	-
2026	1.320
2027	2.075
2028	2.698
2029	1.021
	7.114

8. Imobilizado

a) Movimentação

	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
Custo										
31/12/2022	79.224	10.869	14.949	2.008	-	26.143	90.245	7.932	11.061	242.431
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	10.733	10.733
Baixas	-	(78)	-	(12)	-	(932)	(1.388)	-	-	(2.410)
Transferências (*)	3.524	-	639	81	-	528	9.473	-	(14.245)	-
31/12/2023	82.748	10.791	15.588	2.077	-	25.739	98.330	7.932	7.549	250.754
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.543**	**3.543**
Baixas	**(483)**	**(527)**	**(194)**	**(294)**	**-**	**(1.430)**	**(6.749)**	**-**	**-**	**(9.677)**
Cisão (**)	**(80.142)**	**27**	**(15.231)**	**(1.414)**	**-**	**1.036**	**25.651**	**(7.932)**	**(46)**	**(78.051)**
Transferências (*)	**998**	**(242)**	**124**	**224**	**-**	**161**	**7.713**	**-**	**(8.984)**	**(6)**
31/12/2024	**3.121**	**10.049**	**287**	**593**	**-**	**25.506**	**124.945**	**-**	**2.062**	**166.563**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

(**) Conforme notas explicativas 1c e 1d.

	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
Depreciação										
31/12/2022	(27.477)	(9.231)	(8.681)	(911)	-	(18.979)	(61.313)	-	-	(126.592)
Adições	(2.003)	(407)	(812)	(115)	-	(1.060)	(11.420)	-	-	(15.817)
Baixas	-	60	-	6	-	924	1.317	-	-	2.307
31/12/2023	(29.480)	(9.578)	(9.493)	(1.020)	-	(19.115)	(71.416)	-	-	(140.102)
Adições	**(784)**	**(369)**	**(294)**	**(66)**	**-**	**(1.048)**	**(11.408)**	**-**	**-**	**(13.969)**
Baixas	**335**	**460**	**118**	**259**	**-**	**750**	**5.807**	**-**	**-**	**7.729**
Cisão	**27.370**	**(23)**	**9.425**	**551**	**-**	**(872)**	**(21.919)**	**-**	**-**	**14.532**
31/12/2024	**(2.559)**	**(9.510)**	**(244)**	**(276)**	**-**	**(20.285)**	**(98.936)**	**-**	**-**	**(131.810)**
Imobilizado líquido, 31/12/2023	53.267	1.214	6.095	1.057	-	6.623	26.915	7.932	7.549	110.652
Imobilizado líquido, 31/12/2024	**562**	**539**	**43**	**317**	**-**	**5.221**	**26.009**	**-**	**2.062**	**34.753**

8. **Imobilizado**--Continuação

b) Movimentação da depreciação

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 a Companhia não capitalizou custos de empréstimos em itens qualificáveis do ativo imobilizado (R$30 em Dezembro de 2023).

Não existem bens dados em garantia para a Algar Tecnologia na data de 31 de Dezembro de 2024.

9. Intangível

a) Movimentação

Custo	**Sistema de informação**	**Intangível em andamento**	**Total**
31/12/2022	95.805	2.409	98.214
Adições	-	6.167	6.167
Baixas	-	-	-
Transferências (*)	2.757	(2.757)	-
31/12/2023	98.562	5.819	104.381
Adições	**-**	**9.265**	**9.265**
Baixas	**(29.110)**	**-**	**(29.110)**
Cisão (**)	**28.495**	**-**	**28.495**
Transferências (*)	**11.803**	**(11.799)**	**4**
31/12/2024	**109.750**	**3.285**	**113.035**

(*) O saldo de transferência refere-se à reclassificação de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

(**) Conforme notas explicativas 1c e 1d.

Depreciação	**Sistema de informação**	**Intangível em andamento**	**Total**
31/12/2022	(73.621)	-	(73.621)
Adições	(7.864)	-	(7.864)
Baixas	-		-
31/12/2023	(81.485)	-	(81.485)
Adições	**(12.624)**	**-**	**(12.624)**
Baixas	**27.496**	**-**	**27.496**
Cisão	**(12.998)**	**-**	**(12.998)**
31/12/2024	**(79.611)**	**-**	**(79.611)**
Intangível líquido, 31/12/2023	17.077	5.819	22.896
Intangível líquido, 31/12/2024	**30.139**	**3.285**	**33.424**

9. **Intangível**--Continuação

b) Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

A Companhia revisa anualmente por ocasião do encerramento de suas demonstrações financeiras (ou quando eventos e circunstâncias adversas ocorrem), o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se houve eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar perdas no seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A base para apuração do valor recuperável dos ativos adotada pela Companhia é o valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo da UGC, o fluxo de caixa futuro da Companhia é estimados em reais constantes (sem efeito inflacionário) e é descontado ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no *Capital Asset Pricing Model* (“CAPM”) (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC antes dos tributos.

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

- Crescimento da receita e consequentemente do fluxo de caixa futuro: é baseada nas estratégias de criação de valor, as quais incluem observação do comportamento histórico de cada linha de negócio. Conservadoramente, para os testes de ativo fixo e intangível, a Companhia optou por não incluir crescimento em suas receitas e custos, realizado em termos reais, desconsiderando o efeito da inflação como base o realizado do ano de 2024. Para os testes de impostos diferidos, foram consideradas as projeções de crescimento para os próximos 10 anos, conforme plano de longo prazo da Companhia. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). O WACC leva em consideração o patrimônio (capital próprio) e possui premissas que refletem dados de mercado e premissas de empresas comparáveis, os quais buscam englobar os riscos operacionais e de mercado. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelo acionista da Companhia. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais, notadamente o Beta.
- Taxa de crescimento na perpetuidade: reflete condição da Companhia de gerar um fluxo de maneira eterna. O percentual considerado leva em conta, principalmente, os investimentos ao longo do período projetado e reproduz a condição da Companhia na perpetuidade. A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

9. **Intangível**--Continuação

b) Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa--Continuação

A seguir, apresentam-se as variações sensibilizadas em aumentos/diminuições e expressas em pontos percentuais que foram assumidas para os fluxos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024:

Variações nas principais premissas:

- Variações financeiras: em pontos percentuais
- Taxa de desconto: +/- 1,0
- Taxa de crescimento na perpetuidade: +/- 1,0

A análise de sensibilidade empregada no final do exercício 2024 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima nenhuma perda seria reconhecida.

De forma consistente com as políticas internas, a avaliação do valor em uso foi efetuada para um período de 10 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa e principalmente devido ao fato do retorno no mercado de atuação da Companhia ser superior ao período de 5 anos.

Para o teste de impostos diferidos, os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa de desconto nominal de 15,9% em 2024, com as projeções de resultado aplicando a inflação (IPCA 3,5%) + PIB (2%) conforme as projeções macroeconômicas.

Baseando-se no teste anual de recuperabilidade dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em dezembro de 2024, foram identificados indicativos de não recuperabilidade de impostos diferidos e decisão de constituição de provisão para não realização no montante de R$381 sendo R$280 de imposto de renda diferido e R$101 de contribuição social diferida.

10. Direito de uso

	31/12/2024			
Classe de ativo	**Saldo 31/12/2023**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2024**
Veículos	429	**268**	**(118)**	**579**
Imóveis	6.309	**1.246**	**(95)**	**7.460**
Custo	6.738	**1.514**	**(213)**	**8.039**

	31/12/2024			
Classe de ativo	**Saldo 31/12/2023**	**Adições e remensurações**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2024**
Veículos	(160)	**(125)**	**-**	**(285)**
Imóveis	(4.316)	**(2.479)**	**-**	**(6.795)**
Depreciação (*)	(4.476)	**(2.604)**	**-**	**(7.080)**
	2.262	**(1.090)**	**(213)**	**959**

(*) A depreciação tem por base o prazo dos contratos.

	31/12/2023			
Classe de ativo	**Saldo 31/12/2022**	**Adições e remensurações**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	422	19	(12)	429
Imóveis	6.039	270	-	6.309
Custo	6.461	289	(12)	6.738

	31/12/2023			
Classe de ativo	**Saldo 31/12/2022**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	(63)	97	-	(160)
Imóveis	(1.687)	2.629	-	(4.316)
Depreciação (*)	(1.750)	2.726	-	(4.476)
	4.711	2.437	(12)	2.262

(*) A depreciação tem por base o prazo dos contratos.

11. Debêntures

Em 18 de abril de 2019, a Companhia concluiu sua 2ª emissão pública de debêntures, nos termos da Instrução CVM nº 476, no montante de R$85.000. Foram emitidas 85.000 debêntures. A emissão, realizada em série única, possuia remuneração de CDI + 1,70% a.a. e prazo de 5 anos. Os recursos captados foram utilizados para o financiamento de investimento da Companhia.

Em 05 de abril de 2024, a companhia Algar Tecnologia quitou o saldo devedor da debênture, sendo R$21.250 de principal e R$1.267 de juros.

Os saldos das debêntures, são compostos como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**21.756**	43.541
Pagamento do principal	**(21.250)**	(21.250)
Pagamentos de juros	**(1.267)**	(4.733)
Juros no período	**743**	4.243
Total debêntures	**18**	21.801
Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	**(18)**	(45)
Saldo final	**-**	21.756
Circulante	**-**	21.756
Não circulante	**-**	-
	-	21.756

12. Passivo de arrendamento

	31/12/2024						
Classe de Ativo	**Saldo 31/12/2023**	**Adições e remensurações**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Transferências**	**Saldo 31/12/2024**
Veículos	293	**268**	**(153)**	**(128)**	**29**	**-**	**309**
Imóveis	2.388	**1246**	**(2.841)**	**(86)**	**258**	**-**	**965**
	2.681	**1.514**	**(2.994)**	**(214)**	**287**	**-**	**1.274**
Circulante	1.529						**1.042**
Não circulante	1.152						**232**

	31/12/2023						
Classe de Ativo	**Saldo 31/12/2022**	**Adições e remensurações**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Transferências**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	367	19	(125)	(11)	43	-	293
Imóveis	4.607	270	(2.973)	-	484	-	2388
	4.974	**289**	**(3.098)**	**(11)**	**527**		**2.681**
Circulante	1.031						1.529
Não circulante	3.943						1.152

12. Passivo de arrendamento--Continuação

a) Pagamentos mínimos

	Em 1 ano	De 2 a 3 anos	Total
Valores mínimos a pagar	1.090	248	1.338
Despesa de juros	(48)	(16)	(64)
	1.042	232	1.274

b) Contratos por prazo e taxa de descontos

	Taxa anual	
Prazos dos contratos	**Sem garantia (IBR Clean)**	**Com garantia (*) (IBR Full)**
1 ano	10,59%	10,09%
2 anos	9,94%	9,44%
3 anos	9,77%	9,27%

(*) Somente para o grupo de imóveis.

13. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores faturados	**11.580**	26.170
Fornecedores a faturar	**5.504**	4.698
	17.084	30.868

14. Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2024	31/12/2023
PIS	**199**	249
IRRF e CSRF	**1.266**	557
COFINS	**923**	1.150
ICMS	**-**	23
ISS	**1.135**	1.441
INSS	**967**	1.234
Contribuição previdenciária - CPRB (i)	**6.492**	6.492
Outros tributos	**44**	-
	11.026	11.146
Passivo circulante	**4.534**	4.654
Passivo não circulante	**6.492**	6.492
	11.026	11.146

(i) Em 2020 a Companhia teve êxito em ação judicial que trata do enquadramento do serviço de telecobrança no conceito de *call center*, com reconhecimento do direito de recolhimento da CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta em substituição à contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos - INSS patronal.

15. Salários, provisões e encargos sociais

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e ordenados	**10.240**	12.756
Encargos sociais sobre salários e ordenados	**3.749**	3.546
Férias e encargos	**18.151**	18.849
Gratificações	**1.335**	1.067
Outras obrigações trabalhistas	**504**	90
	33.979	36.308

16. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia avalia periodicamente seus riscos de contingências, com base em critérios jurídicos, econômicos e contábeis. Estes riscos são classificados com base na expectativa de perda provável, possível ou remota, conforme o grau de exigibilidade da contingência, levando-se em consideração as análises de seus assessores jurídicos. Por determinação legal ou por cautela são efetuados depósitos judiciais, os quais podem estar vinculados aos processos provisionados ou não provisionados.

16. Provisões e depósitos judiciais--Continuação

a) Processos judiciais e administrativos provisionados

	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.860	11.698	217	36.775
Adições (i)	2.708	118	418	3.244
Atualização monetária	2.939	818	102	3.859
Pagamentos	(6.545)	(1)	(25)	(6.571)
Baixa por perda (depósito judicial)	(1.316)	(214)	(3)	(1.533)
Transferência para outras obrigações	(3.368)	-	-	(3.368)
Baixas(ii)	(10.776)	(3)	(10)	(10.789)
Provisões em 31/12/2023	8.502	12.416	699	21.617
Depósitos judiciais	(3.061)	(10.223)	(6)	(13.290)
Provisões líquidas em 31/12/2023	5.441	2.193	693	8.327
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.502	12.416	699	21.617
Adições (i)	**1.495**	**10.616**	**26**	**12.137**
Atualização monetária (i)	**786**	**10.492**	**61**	**11.339**
Pagamentos	**(169)**	**(65)**	**(257)**	**(491)**
Baixa por perda (depósito judicial)	**(815)**	**-**	**(2)**	**(817)**
Baixas(ii)	**(2.915)**	**(1.997)**	**(77)**	**(4.989)**
Provisões em 31/12/2024	**6.884**	**31.462**	**450**	**38.796**
Depósitos judiciais	**(1.165)**	**(9.455)**	**(7)**	**(10.627)**
Provisões líquidas em 31/12/2024	**5.719**	**22.007**	**443**	**28.169**

(i) Adições de provisões são decorrentes das movimentações de processos trabalhistas e provisões de processos entrantes, bem como as atualizações financeiras de processos já existentes e provisionados. Adições de provisões tributárias no período, decorrente da exigência de ISS. Decisão parcialmente favorável com recurso não admitido no tribunal. Demanda classificada parcial com risco de perda provável em relação a parcela em que a Companhia está sendo sucumbente.

(ii) Baixas por êxito nas demandas trabalhistas e tributárias, inclusive com vários encerramentos definitivos de processos.

Os processos judiciais e administrativos provisionados têm como principais objetos:

Cíveis

A Companhia apresenta como principais pedidos na esfera cível indenização por dano moral e/ou material em razão de relação com o cliente, funcionários e/ou fornecedores e discussões de eventuais dívidas com ex-prestadores de serviços (Em 2024 valor da provisão R$450, em 2023 R$699).

Trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista, cujas discussões envolvem basicamente, horas extras, indenização substituta de estabilidade gestacional e verbas rescisórias (Em 2024 valor da provisão R$6.884, em 2023 R$8.502).

16. Provisões e depósitos judiciais--Continuação

a) Processos judiciais e administrativos provisionados--Continuação

Tributárias

FAP: a Companhia impetrou mandado de segurança para discutir a inconstitucionalidade e ilegalidade das normas que instituíram o fator acidentário de prevenção ("FAP"), aplicável às alíquotas da contribuição ao seguro de acidente do trabalho. Sentença de primeira instância favorável. Discussão classificada como provável. Envolve áreas previdenciária e tributária (Em 2024 valor da provisão R$9.464, em 2023 R$9.026).

ISS São Paulo: ação decorrente da exigência de ISS pelo município de São Paulo/SP contra a Companhia, em relação a serviços prestados entre os anos de 2010 e 2014 a tomadores paulistanos, pelo fato da Companhia possuir estabelecimento comercial no município de São Paulo. Foi ajuizada uma ação anulatória demonstrando que os estabelecimentos prestadores dos serviços que foram objeto de autuação se encontravam localizados nos municípios de Uberlândia/MG e Campinas/SP, localidades nas quais o ISS incidente sobre os serviços prestados foi recolhido. Sentença de primeira instância parcialmente favorável. Acórdão de segunda instância parcialmente favorável. Recurso Especial não admitido pelo Superior Tribunal de Justiça. Recurso Extraordinário pendente de análise pelo Supremo Tribunal Federal. (Em 2024 valor da provisão R$19.916).

A Companhia possui outras ações tributárias envolvendo tributos diversos com risco provável (Em 2024 valor da provisão R$2.082, em 2023 R$1.508).

b) Processos judiciais e administrativos não provisionados

	31/12/2024	31/12/2023
ISS	**47.784**	60.970
Tributos federais	**3.663**	3.447
INSS	**2.599**	559
Trabalhistas	**1.634**	6.327
Cível	**13.986**	11.475
Outros	**2.141**	1.637
	71.807	84.415

Trabalhista

Saldo não provisionado decorrente da classificação de perda possível e remota de pedidos, tais como, mas não se limitando, dano moral e material, jornada de trabalho, vale transporte, benefícios e honorários advocatícios são classificados como possíveis (Valor envolvido: R$1.634).

16. Provisões e depósitos judiciais--Continuação

b) Processos judiciais e administrativos não provisionados--Continuação

Tributárias

ISS: a Companhia questiona a legitimidade de alguns municípios para cobrança de ISS em decorrência da prestação de serviços. (Valor envolvido: R$47.784).

Outras ações tributárias envolvendo tributos diversos com risco possível. (Valor envolvido: R$8.403).

Cível

A Companhia apresenta como principais pedidos na esfera cível indenização por dano moral e/ou material em razão de relação com o cliente, funcionários e/ou fornecedores e discussões de eventuais dívidas com antigos prestadores de serviços. (Valor envolvido R$13.986)

c) Depósitos judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais sem provisões:		
Tributário	**2.253**	**-**
Trabalhista	**2.282**	2.570
Cível	**11**	9
	4.546	2.579
Depósitos judiciais com provisões:		
Tributário	**9.455**	10.223
Trabalhista	**1.165**	3.061
Cível	**7**	6
	10.627	13.290
Total	**15.173**	15.869

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 05 de abril de 2024 foi integralizado aumento de capital mediante utilização de adiantamento para futuro aumento de capital efetuado pela sua então controladora Algar TI no valor de R$36.000.

17. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1c, houve um aumento de capital de R$16.767 mediante recebimento de ativos e passivos de parcela cindida da Algar TI.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1d, houve uma redução de capital de R$49.749 mediante cisão de ativos e passivos para a controladora Algar SA. Empreendimentos e Participações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R$144.911 e R$141.893 respectivamente, representado por 6.480 e 9.576 ações ordinárias, respectivamente. A redução no número de ações é devido ao cancelamento de 3.096 ações na operação de Cisão. As ações ordinárias conferem a seus titulares o direito de voto, cabendo um voto para cada ação da Companhia.

b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2024, com base na apuração do resultado do exercício, as reservas foram absorvidas conforme a demonstração de mutação do patrimônio líquido. O montante de reserva legal em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$0 e R$6.704, respectivamente.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, com base na apuração do resultado do exercício, as reservas foram absorvidas conforme a demonstração de mutação do patrimônio líquido. O montante de reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$0 e R$9.124 respectivamente.

d) Dividendos

Em 29 de novembro de 2023 em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a distribuição de Dividendos Intercalares no valor de R$14.000.

17. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os dividendos propostos e intercalares são demonstrados como segue:

	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	**24.292**
Reserva Legal - 5%	**(1.215)**
Resultado base para distribuição de dividendos	**23.077**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**5.769**
Dividendo por Ação ON (em R$)	**0,60**
Total dos dividendos obrigatórios:	**5.769**
Dividendos mínimos obrigatório	**5.769**
Dividendos mínimos obrigatórios anos anteriores	**-**
Dividendos Intercalares	**8.231**
Total dos Dividendos Intercalares	**14.000**

Em função da apuração de prejuízo no exercício de 2024, não houve distribuição de dividendos.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Na adoção inicial dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a Companhia optou pela atribuição de custo a determinados ativos imobilizados, conforme permitido pela nova norma contábil. Dessa forma, foram atribuídos custos a certos imóveis, incluindo terrenos e edificações, de modo a refletir, contabilmente, os seus respectivos valores justos na data de adoção dos novos pronunciamentos, cujo efeito apurado foi contabilizado no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial.

Em função da cisão ocorrida em 2024, os ativos que possuíam saldo de custo atribuído foram cindidos juntamente com o saldo de ajuste de avaliação patrimonial registrado.

18. Partes relacionadas

A controladora direta da Companhia é a Algar S.A. Empreendimentos e Participações (“Algar S.A.”). Abaixo estão demonstrados os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como os efeitos das transações entre partes relacionadas no resultado desses exercícios.

18. Partes relacionadas--Continuação

	Saldos - ativo circulante					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Contas a receber	Títulos a receber	Total	Contas a receber	Títulos a receber	Total
	(a)	(b)		(a)	(b)	
Controladora:						
Algar S.A.	**5**	**21**	**26**	-	-	-
Total	**5**	**21**	**26**	-	-	-
Relacionadas:						
Algar Telecom	**7.382**	**-**	**7.382**	6.790	-	6.790
Vogel	**156**	**-**	**156**			
Alga Multimídia	**-**	**-**	**-**	5	-	5
Algar S.A.	**-**	**-**	**-**	6	-	6
Outros	**-**	**9**	**9**	6	31	37
Total	**7.538**	**9**	**7.547**	6.807	31	6.838
Total Partes relacionadas	**7.543**	**30**	**7.573**	6.807	31	6.838

	Saldos - ativo não circulantes			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Títulos a Receber	Total	Títulos a Receber	Total
	(b)		(b)	
Controladora:				
Algar S.A.	**111**	**111**	-	-
Total	**111**	**111**	-	-

18. Partes relacionadas--Continuação

	31/12/2024				31/12/2023		
	Fornecedores	**Títulos a pagar**	**Dividendos a pagar**	**Total**	**Fornecedores**	**Títulos a pagar**	**Total**
	(d)	**(c)**	**(e)**		**(d)**	**(c)**	
Controladora:							
Algar S.A.	**-**	**511**	**-**	**511**	-	-	-
Algar TI	**-**	**-**	**-**	**-**	-	2.477	2.477
Total	**-**	**511**	**-**	**511**	-	2.477	2.477
Relacionadas:							
Algar Telecom	**7**	**-**	**-**	**7**	8	-	8
Vogel	**81**	**-**	**-**	**81**	-	-	-
Algar S.A.	**-**	**-**	**-**	**-**	-	227	227
Outros	**-**	**-**	**-**	**-**	133	153	286
Total	**88**	**-**	**-**	**88**	141	380	521
Total Partes relacionadas	**88**	**511**	**-**	**599**	141	2.857	2.998

	31/12/2024			31/12/2023		
	Receita operacional bruta (e)	**Custos dos serviços prestados (f)**	**Despesas gerais e administrativas (f)**	**Receita operacional bruta (e)**	**Custos dos serviços prestados (f)**	**Despesas gerais e administrativas (f)**
Relacionadas:						
Algar S/A	**108**	**-**	**367**	108	-	-
Algar Telecom	**41.066**	**831**	**-**	42.181	(1.076)	-
Space Empreendimentos	**-**	**19**	**-**	-	(40)	-
Algar Multimídia	**-**	**-**	**-**	-	(136)	-
Vogel	**455**	**1.128**	**-**	-	-	-
Outros	**-**	**-**	**-**	133	(994)	-
Total Partes relacionadas	**41.629**	**1.978**	**367**	42.422	(2.246)	-

18. Partes relacionadas--Continuação

Os saldos e valores decorrentes das transações entre as partes relacionadas são descritos como segue:

(a) Contas a receber pela prestação de serviços relacionados às atividades operacionais da Companhia;

(b) Títulos a receber provenientes de compartilhamento de despesas das operações das empresas do grupo;

(c) Títulos a pagar provenientes de operações das empresas do Grupo por conta de repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar decorrentes de negociação corporativa com o compartilhamento de soluções de infraestruturas utilizadas nas atividades operacionais;

(d) Obrigações pelo fornecimento de bens e serviços decorrentes das operações das empresas do Grupo Algar;

(e) Receita da prestação de serviços conforme objeto social explorado pelas empresas;

(f) Custos e despesas com serviços de telecomunicações; serviço de monitoramento eletrônico comercial, recepção, portaria, manobrista, guarda de documentos, serviços de vigilância e segurança armada; serviço de administração e armazenagem de estoque, manutenção de redes, instalação de terminais, gestão de almoxarifado e manutenção de terminais públicos; Serviço de telemarketing, administração de *call center*, locação de pontos de atendimento, cobrança e *back-office*;

19. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Relacionamento com cliente	**403.021**	457.588
Serviços gerenciados	**1.705**	7.438
Receita operacional bruta	**404.726**	465.026
Deduções das vendas	**(35.861)**	(42.548)
Receita operacional líquida	**368.865**	422.478

20. Custos dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	**(256.898)**	(276.202)
Materiais	**(1.541)**	(1.485)
Serviços de terceiros	**(50.159)**	(46.908)
Depreciação e amortização	**(24.422)**	(25.818)
Outros	**(9.879)**	(9.977)
	(342.899)	(360.390)

21. Despesas com vendas

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	**(4.164)**	(7.035)
Serviços de terceiros	**(324)**	(966)
Depreciação e amortização	**(21)**	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa (nota 5)	**(8)**	-
Gastos mercadológicos	**(1.891)**	(1.182)
Outros	**(9)**	(12)
	(6.417)	(9.195)

22. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	**(15.034)**	(17.655)
Depreciação e amortização	**(4.756)**	(591)
Serviços terceiros	**(11.105)**	(12.221)
Outros	**(1.766)**	(2.003)
	(32.661)	(32.470)

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2024	31/12/2023
Reversão (Constituição) de provisões para riscos (*)	**(9.074)**	3.481
Ganho (perda) na venda de imobilizado	**(1.892)**	(27)
Recuperação de tributos	**3.389**	-
Outras receitas (despesas), líquidas	**1.690**	1.302
	(5.887)	4.756

(*) Constituição de provisão tributária referente ao ISS São Paulo no valor de R$10.215.

24. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de aplicações financeiras	**1.963**	3.992
Variação monetária	**5.535**	2.096
Juros sobre impostos, taxas e contribuições	**87**	169
Reversão de atualização de provisões	**1.629**	4.062
Outras receitas financeiras	**609**	587
Total das receitas financeiras	**9.823**	10.906
Juros sobre debêntures	**(743)**	(4.243)
Encargos sobre contingências, impostos e taxas	**(11.371)**	(3.898)
Taxa e tarifas bancárias	**(43)**	(49)
Despesas de juros sobre arrendamentos	**(287)**	(527)
Outras despesas financeiras	**(219)**	(141)
Total das despesas financeiras	**(12.663)**	(8.858)
Despesas financeiras, líquidas	**(2.840)**	2.048

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia tem exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis em títulos de investimento.

Os ativos da Companhia, avaliados como sujeitos a risco de crédito, suscetíveis de eventual perda, correspondem ao contas a receber. Na avaliação da Companhia, não há outros ativos relevantes sujeitos a risco de crédito.

Aplicações financeiras

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

Contas a receber de clientes

O risco de crédito relativo às prestações de serviços da Companhia, bem como o risco de concentração da receita em poucos clientes são minimizados através de uma criteriosa análise de crédito. Essa análise é definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência de clientes, bem como na distribuição dos contratos de clientes em diversos tipos de operação.

Políticas semelhantes são utilizadas para análise de crédito, sendo definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência.

Em razão das naturezas dos negócios, há concentração de receita em reduzido número de clientes. No ano de 2024, a receita liquida foi de R$368.865, R$422.478 no mesmo período de 2023, cuja concentração nos principais clientes pode ser assim demonstrada:

	Concentração da receita		
	Nº de clientes	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Algar Tecnologia	7	**82,30%**	80,20%

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

b) Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações com passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, quando possível, o planejamento para atender a essas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/12/2024			
	Valor Contábil	**Fluxo de Caixa Contratual**	**1 a 2 anos**	**3 a 5 anos**
Debêntures	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivo de arrendamento	**1.275**	**1.275**	**1.275**	**-**
Fornecedores	**17.084**	**17.084**	**17.084**	**-**
Títulos a pagar	**511**	**511**	**511**	**-**
Outras obrigações	**2.564**	**2.564**	**2.564**	**-**
Total	**21.434**	**21.434**	**21.434**	**-**

	31/12/2023			
	Valor Contábil	**Fluxo de Caixa Contratual**	**1 a 2 anos**	**3 a 5 anos**
Debêntures	21.756	22.671	22.671	-
Passivo de arrendamento	2.681	2.681	2.681	
Fornecedores	30.868	30.868	30.868	
Títulos a pagar	2.857	2.857	2.857	
Outras obrigações	8.537	8.537	8.537	
Total	66.699	67.614	67.614	-

c) Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios. A Companhia não possui exposição a operações de cambio e também não possui empréstimos ou dívidas com exposição relevante a taxas de juros.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

d) Risco operacional

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela auditoria interna, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

e) Gestão de capital

Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida as debentures, fornecedores e outras contas a pagar, menos caixa e equivalentes de caixa,

	2024	**2023**
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 13)	**17.084**	30.868
Debêntures (Nota 11)	**-**	21.756
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**(25.682)**	(18.674)
Dívida líquida consolidada	**(8.598)**	33.950
Patrimônio líquido (Nota 17)	**137.303**	163.790
Capital social e dívida líquida consolidada	**128.705**	197.740
Quociente de alavancagem	**(7%)**	17%

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

f) Valores estimados de mercado

Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas demonstrações financeiras.

Aplicações financeiras - são registradas pelo seu valor original e devidamente atualizadas conforme os critérios estabelecidos pela Companhia. Esses ativos são valorizados com base em seu custo amortizado, refletindo os rendimentos apurados até a data do balanço, garantindo que seu valor registrado não exceda o valor de mercado.

Títulos a receber de partes relacionadas - são apresentados pelos seus valores originais, atualizados monetariamente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.

Fornecedores - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

		31/12/2024	
	Classificação	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativo			
Caixa e bancos	(b)	**24**	**24**
Aplicações financeiras (Nota 4)	(a)	**25.658**	**25.658**
Contas a receber	(b)	**65.304**	**65.304**
Títulos a receber	(b)	**111**	**111**
		91.097	**91.097**
Passivo			
Fornecedores	(b)	**17.084**	**17.084**
Adiantamentos de clientes	(b)	**82**	**82**
Títulos a pagar	(b)	**511**	**511**
		17.677	**17.677**

(a) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;

(b) Custo amortizado.

g) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

h) Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação são apresentados conforme tabela abaixo.

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	31/12/2024			**31/12/2023**		
Ativos	**Caixa e bancos**	**Aplicações financeiras**	**Total**	**Caixa e bancos**	**Aplicações financeiras**	**Total**
Nível 1	**24**	**-**	**24**	140	-	140
Nível 2	**-**	**25.658**	**25.658**	-	18.534	18.534
Total	**24**	**25.658**	**25.682**	140	18.534	18.674

26. Benefícios a empregados - Plano de Aposentadoria Algar-Prev

Benefícios de curto prazo

Além das obrigações oriundas da legislação trabalhista e dos acordos com entidades representantes de seus associados, a Companhia concede plano de saúde, convênio odontológico, seguro de vida em grupo, programas de auxílio à educação e programas de participação nos resultados.

As provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações com “salários, provisões e encargos sociais”. Esses benefícios são registrados nas contas de custos e despesas no resultado quando incorridos e os saldos ainda não liquidados estão apresentados na Nota Explicativa nº 15.

Plano de previdência complementar - Plano de Aposentadoria Algar-Prev

A Companhia e parte de seus associados contribuem como patrocinadores de um Plano de Aposentadoria na modalidade de contribuição definida, administrado pela BTG Pactual.

26. Benefícios a empregados - Plano de Aposentadoria Algar-Prev-- Continuação

Plano de previdência complementar - Plano de Aposentadoria Algar-Prev--Continuação

Os benefícios pelo referido plano podem ser basicamente assim resumidos:

(a) Benefício de aposentadoria por sobrevivência: é um plano de contribuição definida cujas reservas são atualizadas financeiramente e não atuarialmente;

(b) Benefício de riscos que estão estruturados na modalidade de benefício definido no regime de repartição. Compete à Companhia o pagamento das contribuições e compete a BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia.

Os gastos com os planos podem ser assim demonstrados:

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição	**174**	166

27. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$157.903 para danos materiais e R$315.725 para lucros cessantes; R$9.000 para responsabilidade civil para as empresas, abrangendo a Companhia. Para proteção de dados e responsabilidade cibernética a cobertura é de R$10.000.

Diretoria Estatutária:
Diretor Presidente - Riemann Cesar
Diretor Administrativo Financeiro e de Gente - Marco Túlio Brunelli Magalhães

Contador:
Renato Junio Mariano
CRC 110023/O